



AS TENTATIVAS DE FUNDAÇÃO DE UNIVERSIDADES NO BRASIL

Ao fazermos um estudo histórico do ensino e desenvolvimento das Matemáticas no Brasil, devemos forçosamente incluir um esboço histórico a respeito das tentativas de criação de universidades; as quais foram feitas a partir de século XVII e culminando com a bem sucedida criação da Universidade de São Paulo, com sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em 1934.

Durante a fase imperial foram apresentados vários anteprojetos tentando criar universidades. Em verdade foram quarenta e dois anteprojetos ou quarenta e duas tentativas. Mas, alguns historiadores consideram o ano de 1538, portanto na fase colonial, como sendo o marco inicial dos debates para a criação de uma universidade no país. Em nenhum dos projetos então apresentados, houvera a preocupação para se criar uma Faculdade de Matemática.

A primeira tentativa para a criação de uma universidade em nossa pátria ocorrera no século XVII, na Bahia, por iniciativa dos inacianos. Naquela oportunidade fora redigida uma petição pela Câmara de Salvador, em 20 de Dezembro de 1662 e, enviada à metrópole por intermédio do Procurador do Estado do Brasil. Naquele documento, que fora rejeitado pelo monarca, os jesuítas e parte da população de Salvador desejavam que os cursos de Artes e de Teologia, ambos ministrados pelo Colégio da Bahia, fizessem parte de uma universidade e fossem reconhecidos pelas leis de Portugal. Eles pretendiam a equiparação à Universidade de Évora. No ano seguinte, isto é, em 1663, chegara à Corte um outro documento também subscrito pela Câmara de Salvador, reiterando o documento anterior, porém desta vez requerendo a equiparação dos cursos à Universidade de Coimbra. Este segundo documento também fora rejeitado pelo Rei de Portugal.

Conforme mencionamos em capítulo anterior, o Colégio da Bahia, mantido pelos inacianos, mantivera no século XVIII uma Faculdade de Matemática. O reitor daquele Colégio assim se expressara a seu respeito.

"[...] O único Geral dos Estudos de todas as artes e ciências, que costuma ensinar a Companhia [...]" [S. Leite, in "O curso de Filosofia e tentativas para se criar universidades no Brasil no século XVII", *Verbum*, 5(2), 1948, p. 132].

Relembramos que a designação *Estudos Gerais* fora usada em Portugal de então para expressar uma universidade. O reitor do Colégio da Bahia assim se expressava a respeito daquele estabelecimento de ensino. O que nos faz conjecturar que para os inacianos, o Colégio da Bahia era uma universidade. Em verdade, aquele Colégio concedera a seus alunos graus de mestre em Artes e até o grau de doutor, conforme mencionamos em capítulo anterior.

Quando da invasão dos holandeses no Nordeste do Brasil no século XVII, o Príncipe João Maurício de Nassau(1604-1679) que fora governador-geral da colônia holandesa no Brasil, de 1637 a 1644, tinha um projeto para fundação de uma universidade em Recife, Pernambuco, a qual não fora instalada. Talvez a substituição, pelo governo holandês, daquele governador-geral tenha frustrado a iniciativa. Mesmo assim, o Príncipe mandara instalar um observatório astronômico em uma torre do Palácio Friburgo. Aquele fora o primeiro observatório astronômico do Brasil.

No século XVIII, os mentores da Inconfidência Mineira pensavam na instalação de uma universidade na cidade de Ouro Preto, caso vingasse o projeto político da Inconfidência. Conjecturamos que naquele projeto não havia espaço para uma Faculdade de Ciências. Em 1820 José Bonifácio de Andrada e Silva elaborara um anteprojeto visando a criação de uma universidade. A instituição seria constituída de vários cursos, inclusive de ciências Matemáticas. Fora neste esboço preparado por José Bonifácio que encontramos, por primeira vez, a intenção de ser criado no Brasil um curso de Matemáticas após a extinção da Faculdade de Matemática dos inacianos. Por fim, o anteprojeto não fora aprovado.

Em 12 de Junho de 1823, ainda na euforia da Independência do Brasil, o deputado à Assembléia Constituinte José Feliciano F. Pinheiro, propusera a fundação de uma universidade em São Paulo, fato que motivou posteriormente a apresentação, por parte da Comissão de Instrução Pública, de um anteprojeto mais amplo. A Comissão em pauta elaborara um anteprojeto que contemplava a criação de duas universidades, uma na cidade de São Paulo e outra na cidade de Olinda, Pernambuco. Neste esboço, que constava de cinco artigos, não estava previsto a criação de uma Faculdade de Ciências. Mais uma vez o esforço fora relegado ao esquecimento. Como sabemos, em 12 de Novembro de 1823 o Imperador D. Pedro I dissolvera a Assembléia Constituinte, acabando com a euforia dos deputados. Em 25 de Março de 1824 fora promulgada uma Constituição para o Brasil. Naquela carta, o Artigo 179, em seu parágrafo 33 previa a criação de uma universidade para o Brasil. Novamente, a criação de uma universidade não saíra das intenções.

No ano de 1842 fora elaborado mais um anteprojeto que visava a fundação de uma universidade no país. O esboço que fora assinado por José Cesário de M. Ribeiro, fora preparado pela secção do Conselho de Estado, encarregada dos negócios do Império. Nele propunha-se criar uma universidade nos moldes da Universidade de Coimbra reformada. O Artigo 1 do anteprojeto em pauta estatuiu que a instituição teria a denominação de Universidade Pedro II e, seria sediada na capital do Império. O Artigo 2 do referido esboço dava a constituição da universidade que seria formada por: Faculdade de Teologia, Faculdade de Direito, Faculdade de Matemática, Faculdade de Filosofia, Faculdade de Medicina. O Artigo 46 do referido anteprojeto extinguiu os cursos jurídicos existentes no país e, o Artigo 47 extinguiu a Faculdade de Medicina de Salvador, Bahia. Claramente percebemos ser aquele um belo exemplo de ensino centralizador. A idéia fora centralizar o ensino superior na Corte. Mais uma vez este anteprojeto tivera o destino dos arquivos. A Faculdade de Matemática acima mencionada teria como modelo a Faculdade de

Matemática da Universidade de Coimbra. O curso Matemático teria a duração de quatro anos e, seriam as seguintes cadeiras a serem ministradas: 1º ano - Geometria. 2º ano - Álgebra, Cálculo Diferencial e Integral. 3º ano - Mecânica. 4º ano - Astronomia. Em verdade, um pobre elenco de disciplinas matemáticas, mesmo para os padrões da época. Relembramos que no ano de 1842 fora instituído o grau de doutor em Ciências Matemáticas pela Escola Militar da Corte. Talvez haja alguma conexão da instituição do grau acima referido com o esboço de projeto, naquele ano, para criação de uma universidade, sendo uma de suas unidades uma Faculdade de Matemática.

Em 3 de Julho de 1843 o senador Manoel do Nascimento C. e Silva apresentara um anteprojeto para criar uma universidade no país. Não havia espaço para a criação de uma Faculdade de Ciências naquele esboço. A exemplo dos anteriores, este anteprojeto também não fora aprovado. Eis o que estatua o Artigo 1 do anteprojeto.

"O governo fica autorizado para criar na capital do Império uma universidade, refundindo nela os cursos jurídicos, escola de medicina, academias militar e de marinha, Colégio Pedro II e todas as aulas secundárias do município da Corte".

Como vemos, a idéia do anteprojeto fora acabar com a independência, também, das escolas militares, subordinando-as à direção de uma universidade. Não nos causara surpresa o fato do anteprojeto ter como destino os arquivos do Congresso. No ano de 1847 o deputado Bernardo José da Gama, Visconde de Goiana, apresentara à Câmara dos Deputados um anteprojeto criando uma universidade em nossa pátria. A instituição seria constituída pelas seguintes unidades: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Faculdade de Filosofia, Faculdade de Teologia, Faculdade de Matemática. Neste esboço, as Faculdades existentes nas Províncias seriam mantidas, porém subordinadas à direção da universidade que teria sua sede na Corte. Também não fora aprovado.

Percebemos claramente que durante a primeira metade do século XIX alguns homens pertencentes a um segmento progressista da sociedade brasileira buscaram, a todo custo, a fundação de universidades no país que, diga-se de passagem, já se fazia necessário. Contudo, fortes forças conservadoras impediram que as tentativas tivessem êxito. Perdera o Brasil, pois tivera que esperar pelo século seguinte para ter sua primeira universidade.

Durante vários anos, depois de 1847, o tema ligado à criação de uma universidade ficara adormecido no Congresso Nacional. No ano de 1870, ano do Manifesto Republicano, Paulino José de Souza, então Ministro do Império, apresentara ao Congresso um anteprojeto referente à instrução pública, no qual, dentre outras coisas, propunha a criação de uma universidade na Corte. Eis o que estatua o Artigo 1.

" É creada na capital do Império uma universidade, que se comporá de quatro Faculdades: de Direito, de Medicina, de Sciencias Naturaes e Mathematicas, e de Theologia [...]"

O anteprojeto ainda estatua que seriam incorporadas à universidade a ser criada, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, bem como a Escola Central. Em 6 de Agosto de 1870, ao defender no Congresso o anteprojeto em pauta, assim se expressara o Ministro.

"[...] Proponho-a (ao se referir à criação da universidade), incorporando nella a Faculdade de Medicina aqui existente e a Escola Central, verdadeira Faculdade de Sciencias [...] Peço dous créditos, um para construcção do edificio da universidade e outro par ir levando a effeito os outros melhoramentos da instrucção pública [...]" [P. J. S. de Souza, in "Projecto para Instrucção Pública, 1870, pp. 12 e 17].

O anteprojeto em pauta também não fora aprovado pelo Congresso, porém mobilizou os políticos interessados na matéria para prosseguir nas discussões relativas aos problemas do ensino superior no país. Pois, o Manifesto Republicano acima referido, criticara, além dos problemas políticos do país, a ausência de liberdade no ensino que, traduzida para o ensino superior significava dizer: frequência livre e liberdade na prestação de exames por parte dos alunos, isto é, os alunos não seriam obrigados a realizar provas durante o curso. Significava também a introdução da livre-docência no ensino superior, tendo por base o modelo alemão. No final daquela década, isto é, em Abril de 1879 o então Ministro do Império, doutor Carlos Leôncio de Carvalho elaborara um decreto, que fora aprovado pelo Imperador D. Pedro II (1825-1891) e, que recebera o número 7247, de 19 de Abril de 1879. Este decreto ficara conhecido por decreto da reforma do ensino livre e, fora objeto de muita polêmica e atritos entre o Ministro e o então diretor da Escola Politécnica, Professor Ignácio Cunha Galvão. Os ânimos acirraram-se de tal forma que, de um lado o Ministro e do outro lado o diretor, os professores e alunos da Escola Politécnica repudiando o decreto. Por este motivo eles fecharam aquela instituição de ensino por um mês.

Dentre outras coisas, o decreto em pauta (de inspiração positivista comtiana) instituíra a liberdade de ensino no país, o ensino livre (isto é, para o aluno a liberdade de frequência às aulas, de fazer exames antecipados etc.), a livre-docência e, facultara à mulher, pela primeira vez, frequentar determinados cursos superiores, a saber, Medicina, Farmácia, Odontologia e o curso Obstétrico. Todos ligados à área de saúde. Mesmo assim as mulheres deveriam sentar-se, nas salas de aulas, em local separado dos homens. Até então a mulher brasileira não tinha o direito de frequentar cursos superiores. Para detalhes a este respeito, cfr. C. Pereira da Silva, in " A Mulher na Comunidade Matemática Brasileira, de 1879 a 1979", Quipu, vol. 5, nº 2, 1988, pp. 277-289. Também cfr. Francisco B. Lobo, in "Rita Lobato. A primeira médica formada no Brasil", Rev. de História, XLII, 1971, pp. 483-485. E cfr. ainda Eliane S. Azevêdo e Cristina Maria M. Fortuna, in "A mulher na medicina: estudo de caso e considerações", Ciência e Cultura, 41(11), 1989, pp. 1086-1090.

Em 1881 o Ministro Francisco I. M. Homem de Melo apresentara ao Imperador um anteprojeto propondo a criação de uma universidade, com sede na Corte. Este esboço fora peculiar. Segundo o Ministro a universidade seria constituída das seguintes unidades: Faculdade de Ciências Matemáticas, Físicas e Naturais, Faculdade de Medicina, Faculdade de Direito, Faculdade de Letras, Faculdade de Teologia. E, deveriam ser incorporadas à universidade as Faculdades existentes na cidade do Rio de Janeiro e, deveriam ficar subordinadas à universidade as Faculdades de Direito de São Paulo e a de Recife, bem como a Faculdade de Medicina de Salvador, Bahia, a Academia de Belas-Artes do Rio de Janeiro, a Biblioteca Nacional, o Observatório Astronômico, o Museu Nacional, a Escola de Minas de Ouro Preto, Minas Gerais e também as instituições de ensino de qualquer grau existentes na Corte e nas Províncias, desde que fossem criadas e mantidas pelo governo central e que não pertencessem a outros Ministérios. Portanto, só ficariam de fora as escolas militares. Eis um bom exemplo de uma universidade centralizadora. Este modelo de

instituição de ensino contrariava a liberdade de ensino que preconizara o Decreto nº 7247, de 19 de Abril de 1879.

Ainda segundo o anteprojeto, a universidade seria subordinada a um Conselho Superior da Instrução Pública que, por sua vez seria subordinado ao Ministro. E, dessa forma, o próprio Ministro centralizaria em suas mãos todo o ensino superior do país, um fato no mínimo escandaloso. Como era de se esperar, houvera uma forte reação nacional contrária ao anteprojeto do Ministro. Por fim, o mesmo não fora aprovado.

A última tentativa do século XIX ocorrera na cidade de Curitiba, Paraná. Com efeito, em 1892 o jornalista, poeta e historiador José Francisco da Rocha Pombo, aos trinta e quatro anos de idade pleno de sonhos e idéias, mas sem dinheiro suficiente, lançou-se em uma empreitada audaciosa, a saber, fundar uma universidade em Curitiba. À época a cidade possuía cerca de 20.000 habitantes e o Decreto nº 7247 acima mencionado permitia a criação de Faculdades ou universidades particulares. Após alguns acertos, Rocha Pombo conseguira, com a ajuda do Comendador Macedo, que o então Presidente do Estado do Paraná, Francisco Xavier da Silva assinasse uma lei que havia sido aprovada pelo Congresso Legislativo do Paraná. Fora a Lei nº 63, de 10 de Dezembro de 1892 que concedia a José F. da Rocha Pombo a concessão por cinquenta anos para fundar e explorar uma universidade na cidade de Curitiba. O Artigo 4 da referida lei estatuiu a composição da universidade nos seguintes cursos:

" A instituição teria um curso geral e os seguintes cursos: Direito, Letras, Comércio, Agronomia, Agrimensura, Farmácia [...]"

Notamos a ausência de um curso de Ciências. A universidade de Rocha Pombo não fora além da pedra fundamental que fora lançada no Campo da Cruz, em terreno que obtivera gratuitamente da Câmara Municipal de Curitiba, atual Praça Ouvidor Raphael Pires Pardini, próximo ao centro da cidade. Quais os motivos que inviabilizaram os sonhos de Rocha Pombo? Temos as seguintes possíveis respostas. Influente políticos paranaenses inimigos de Rocha Pombo teriam boicotado a implantação da universidade. Uma outra variável seria a seguinte. A sociedade curitibana da época não estava apta para assimilar a existência de uma universidade em seu seio, pois o ambiente cultural da cidade era diminuto e o Paraná ainda se sentia como uma comarca, que fora, de São Paulo. As famílias de posse não se empenharam em defesa das idéias de Rocha Pombo, pois enviavam seus filhos para estudar em Faculdades existentes nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Desiludido e derrotado, Rocha Pombo abandonara seus sonhos e fora residir na cidade do Rio de Janeiro.

Chegara o século XX e com ele reacendera a chama da luta para se fundar uma universidade no país. Na década de 1900 foram apresentados três anteprojetos ao Congresso Nacional. Em 1903 foram apresentados dois deles. Um de autoria do Dr. A. A. Sodré e outro de autoria do Dr. Carlos Leôncio de Carvalho. Ambos foram enviados, para receber parecer, de uma Comissão de professores da Faculdade de Direito de São Paulo. Em 30 de Março de 1903 a Comissão emitira seu parecer julgando-os inoportunos. Este parecer fora homologado pela Congregação da Faculdade, em 4 de Abril de 1903 e, o processo devolvido ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

A seguir daremos algumas descrições dos dois anteprojetos acima referidos. No esboço do Dr. A. A. Sodré a universidade teria sede na cidade do Rio de Janeiro e seria

denominada Universidade do Rio de Janeiro. Seria constituída pelas seguintes Faculdades: Medicina, Jurisprudência, Letras, Ciências Físicas e Naturais, Matemáticas Puras, Escola de Engenharia. Ficariam subordinadas à Universidade do Rio de Janeiro as Faculdades oficiais existentes em São Paulo, Recife e Salvador. Não nos causa surpresa ter o esboço sido julgado inoportuno, por docentes da Faculdade de Direito de São Paulo.

No anteprojeto do Dr. Carlos Leôncio de Carvalho não nos fora possível saber qual seria o nome da universidade, bem como onde seria sua sede. Conjecturamos que a mesma seria sediada na cidade do Rio de Janeiro. A instituição teria a seguinte constituição: Faculdade de Medicina, Faculdade de Direito, Faculdade de Letras e Diplomacia, Academia de Comércio, Escola Politécnica. Conjecturamos ainda que o ensino das Matemáticas estaria imerso na Escola Politécnica. Não são explicitados quais os cursos que teria a Escola Politécnica. Em 1908 fora apresentado ao Congresso Nacional um outro anteprojeto para se criar uma universidade no país. Não nos fora possível obter detalhes a respeito deste esboço de projeto. Mas, o mesmo tivera o destino dos anteriores, isto é, fora rejeitado.

Em 5 de Abril de 1911 fora promulgada a Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República, Decreto n° 8659¹, conhecida como *Lei Rivadávia*, que permitia dentre outras coisas, a criação de estabelecimentos de ensino superior pertencentes à iniciativa privada. Esta lei também instituíra a livre-docência no país. A partir desta lei surgiram várias instituições de ensino superior. Citaremos as seguintes. Desde o ano de 1908 que se pretendia criar em Manaus, Amazonas, uma instituição de ensino superior para a região (fora a fase áurea da produção da borracha naquele Estado). Naquele espírito, em 2 de Fevereiro de 1909, parte da elite intelectual local aprovava os Estatutos da Escola Universitária Livre de Manaus, que constava do seguinte: curso de formação de oficiais das armas de infantaria, cavalaria e engenharia; cursos de engenharia civil, agrimensura, agronomia e outras especialidades; curso de ciências jurídicas e sociais; cursos de medicina, farmácia e odontologia; curso de ciências e letras. Aquela instituição fora transformada em Universidade de Manaus, no ano de 1913. Os alunos da instituição que funcionara até o ano de 1926, pagavam uma taxa de mensalidade, porém as despesas da instituição eram cobertas pelos cofres públicos do Estado e do Município.

Na cidade de São Paulo foram criadas, a partir de 1911, as seguintes instituições de ensino superior, amparadas pelo Decreto n° 8659, acima mencionado. Instituto Superior de São Paulo, Universidade Paulistana, Superior Universidade do Estado de São Paulo e Universidade de São Paulo, todas particulares. Convém lembrar, de passagem, que algumas dessas instituições de ensino superior possuíam apenas uma sala de escritório para a venda de diplomas. Dentre elas, apenas a Universidade de São Paulo, que fora instalada em 23 de Março de 1911, levava a sério suas pretensões. Tivera como reitor o médico Eduardo Augusto Ribeiro Guimarães e fora constituída pelos seguintes cursos: Medicina, Direito, Engenharia, Farmácia, Odontologia, Letras, Filosofia e Comércio. Ela chegara a possuir 779 alunos. O curso de Medicina fora o mais procurado. O ensino das Matemáticas ficara de fora na composição da instituição.

Ainda no amparo do decreto já mencionado, fora criada em Curitiba, Paraná, em 19 de Dezembro de 1912 a Universidade do Paraná, uma instituição particular, de propriedade de alguns profissionais liberais da cidade. Passara a funcionar à noite, em 24 de Março de 1913 e fora constituída pelos seguintes cursos: Odontologia, Farmácia, Obstetrícia (que no

¹ Cf. Diário Oficial de 6/4/1911.

início não funcionara por falta de alunos), Ciências Jurídicas e Sociais, Engenharia Civil, Comércio. A instituição funcionara inicialmente em um prédio alugado à Rua Comendador Araújo, 42, Centro; com 97 alunos e 26 professores. Estes, profissionais liberais e militares residentes na cidade. Sua primeira diretoria fora constituída por: Diretor - Victor Ferreira do Amaral e Silva; Vice-Diretor - Euclides Beviláqua; Secretário - Nilo Cairo da Silva; Sub-Secretário - Manoel Cerqueira Daltro Filho; Tesoureiro - Flávio Luz; Bibliotecário - Hugo Gutierrez de Simas. Em 27 de Março de 1913 o governo estadual na pessoa de Carlos Cavalcanti reconheceu oficialmente a instituição ao mesmo tempo que autorizara uma contribuição financeira do Estado à instituição. Também não houvera naquela instituição de ensino um curso de Ciências Matemáticas (aliás, somente na década de 1940 é que passara a existir, em Curitiba, um curso de Matemáticas, na então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná).

A Universidade do Paraná fora uma instituição de inspiração (consciente ou inconsciente) positivista comtiana. Seus principais proprietários foram adeptos da ideologia positivista de A. Comte. Seus idealizadores jamais se preocuparam em criar uma instituição moderna, que se comprometesse com a pesquisa científica básica atrelada ao ensino e que repassasse para a sociedade local os principais frutos daquela pesquisa. No modelo de universidade que criaram não houvera espaço para a criação de uma Faculdade de Ciências. Jamais se preocuparam em criar uma instituição que, com o passar dos anos, estivesse a altura da riqueza do Estado. Ao contrário, a preocupação de seus fundadores fora criar uma instituição que transmitisse o saber estabelecido, já conhecido; que fornecesse o diploma, a láurea. Fora uma instituição baseada no tipo de ensino napoleônico implantado no Brasil, que fundamentava-se em escolas profissionalizantes que mais valorizavam o diploma e nunca o saber gerador do desenvolvimento científico. Devemos contudo, registrar a preocupação de seus fundadores em exigir com todo o rigor, a frequência obrigatória dos alunos, bem com a obrigatoriedade de realizar exames mensais (pois, conforme já mencionamos, o Decreto nº 8659 que consagrara a chamada reforma Rivadávia Correia, tornara livre no país o ensino superior). A este respeito vejamos o que escrevera no Relatório Geral de 1913, seu Diretor Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva.

"[...] A meta que collimamos era e continua a ser ministrar um ensino solido e proveitoso, relegando para plano secundario a concessão de diplomas academicos, afim de não confundir a nossa Universidade com os estabelecimentos adrede fundados para o commercio illicito da mercancia de titulos academicos, rotulando os pobres de espirito e ôcas fatuidades, que à instrucção proficua e ao saber, que ennobrece, preferem as lantejoulas de arlequim, compradas na almoeda do mais sordido e immoral mercantilismo, que a complacencia das leis penaes tem tolerado. No meio da derrocada em que baqueara o ensino secundario, amesquinhado pela sordicia da maior parte dos collegios equiparados, e na frouxidão que avassallava o ensino superior, pela falta do preparo propedeutico, indispensavel aos estudos academicos, nasceu a Universidade do Paraná [...]" [V. F. do Amaral e Silva, in Relatório Geral da Universidade do Paraná, Curitiba, Typ. Alfredo Hoffmann, 1913, pp. 4-5].

As instituições de ensino superior criadas a partir do Decreto nº 8659, acima referido, não sobreviveram por muito tempo. Com efeito, sendo Ministro da Justiça e

Negócios Interiores Dr. Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, fora sancionado pelo Presidente da República o Decreto nº 11530, de 18 de Março de 1915, o qual reorganizara o ensino no país. A partir de 1911, houvera no Brasil a liberdade de ensino ou o ensino livre, conforme já mencionado. Este fato em conjunto com a avidez para ganhar dinheiro fácil desenvolvida em pessoas sem escrúpulos, motivara a criação legal de fábricas de diplomas de curso superior no país de então. Em verdade estava se proliferando no Brasil uma indústria de "Faculdades". Citamos como exemplo o que segue.

" Universidade brasileira reconhecida em todo o Brasil [...] É um estabelecimento de ensino fundamental superior [...] cujo fim é conferir o grau de doutor em Medicina, doutor em Direito, Engenharia, Farmácia [...]" [Anúncio publicado in O Estado de São Paulo, 25 de Março de 1913].

Inconformado com o modo errado de se iniciar no país o instituto da universidade e, receptivo ao clamor de pequena parcela da sociedade brasileira constituída de pessoas de bem, o Ministro Carlos Maximiliano, a cujo ministério estava afeto também os negócios da educação pública, resolvera acabar com aquele estado de coisas e elaborara o decreto acima referido, que fora sancionado pelo Presidente da República em 18 de Março de 1915. A título de informação transcreveremos parte daquele documento.

" 1) O Governo Federal, quando achar oportuno, reunirá em Universidade as Escolas Politécnica e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a elas uma das Faculdades livres de Direito, dispensando-a de taxa de fiscalização e dando-lhe gratuitamente edifícios para funcionar.

2) Retorno do sistema de equiparação das instituições, a fim de que os diplomas ou títulos expedidos pudessem concorrer com os congêneres emitidos por instituições oficiais.

3) A cidade sede de um curso superior deveria ter no mínimo cem mil habitantes ou ser capital de Estado com mais de um milhão de habitantes².

4) Somente após cinco anos de funcionamento é que a escola superior poderia requerer a equiparação prevista no decreto".

Dessa forma foram sendo extintas, pouco a pouco, as faculdades e universidades que haviam sido criadas, amparadas pelo Decreto nº 8659, de 5 de Abril de 1911. De imediato foram extintas três das quatro universidades criadas em São Paulo. A quarta, isto é, a Universidade de São Paulo fora extinta em 1917. Nenhuma delas preenchia os requisitos estipulados no decreto.

A Universidade do Paraná que também não satisfazia as condições do decreto, fora extinta após o ano de 1915, mais precisamente em 1918. Relembramos que em 1915 não havia universidades oficiais. Logo, as universidades particulares existentes que requereram equiparação, uma manobra para fugir da extinção, não conseguiram, como fora o caso da Universidade do Paraná, que tivera seu pedido indeferido pelo então Conselho Superior de Ensino. Dessa forma, a partir da extinção da Universidade do Paraná, sua diretoria

² Relembramos que em 1900 a cidade de São Paulo possuía 239.820 habitantes. A cidade de Curitiba possuía naquele ano 49.755 habitantes. Vinte anos depois, a cidade de Curitiba possuía 78.986 habitantes. E o Estado do Paraná não possuía um milhão de habitantes.

resolvera criar três faculdades, a saber, Faculdade de Direito, com o curso de Direito; Faculdade de Medicina, com os cursos de Medicina e Cirurgia, Odontologia, Farmácia, Veterinária, Obstetrícia; Faculdade de Engenharia, com os cursos de Engenharia Civil, Agronomia; pois desse modo poderia haver a equiparação com instituições oficiais existentes e, assim acontecera após os trâmites legais. Portanto, após o ano de 1918 e durante muitos anos até a fundação de uma outra universidade em Curitiba, que acontecera em 1 de Abril de 1946, também particular e com o mesmo nome de Universidade do Paraná, os diplomas de cursos superiores realizados em Curitiba foram expedidos por faculdades e não por uma universidade.

Detalhamos estes fatos porque dirigentes da atual Universidade Federal do Paraná, têm divulgado, há cerca de dez anos, para a sociedade brasileira que a UFPR é a mais antiga universidade do país, o que não é correto. Divulgam, inclusive uma cronologia de reitores da universidade a partir de 1912, como se aquela instituição, que fora fundada em 1912, não tivesse sido extinta a partir de 1918 (como se não tivesse sido rompida, por imposição legal, a antiga unidade administrativa, econômica e didática dos cursos que compunham a instituição fundada em 1912) e, que na década de 1930 não tivesse existido uma instituição denominada Faculdades de Ensino Superior do Paraná (não uma universidade) que reunia as faculdades existentes, cada uma com sua própria administração, unidade econômica e didática, se bem que funcionando em um mesmo prédio, porém com total independência uma da outra, inclusive com entradas, secretarias, funcionários, diretores e salas distintas. A partir de 1918 até o ano de 1945 não existiu universidade em Curitiba, portanto também não houve reitoria naquele período³. A este respeito transcreveremos parte do discurso pronunciado pelo Professor Affonso Augusto Teixeira de Freitas, então diretor da Faculdade de Engenharia, por ocasião da visita oficial feita às Faculdades de Ensino Superior do Paraná, pelo Sr. Getúlio Vargas, em 22 de Outubro de 1930.

"Exmo. Sr. Dr. Getulio Vargas.

Os acontecimentos mais célebres da Historia da Humanidade se concatenam, de quando em quando, como fragmentos de leis imprevistas, se incorporando, não obstante algumas aparentes soluções de continuidade, em um todo homogêneo e inquebrantável, no tempo e no espaço [...] Já que V. Excia. se dignou de visitar e conhecer de *visu* a instituição, que melhor falla e atesta sobre o progresso desta bella Capital, monumento constituido pelas tres Faculdades de Ensino Superior - de Medicina, Engenharia e Direito, - não queremos perder a oportunidade de salientar, de bem exprimir neste momento, a palpitante necessidade da installação da UNIVERSIDADE DO PARANÁ; o que legitimamente aspiramos desde muito [...]" [Discurso do Professor Affonso Augusto Teixeira de Freitas, Curitiba, Typ. João Haupt & Cia., 1930, pp.5 e 8].

A Universidade Federal do Paraná é sucessora da Universidade do Paraná que fora criada em 1 de Abril de 1946 e oficializada por Decreto-Lei nº 9323, de 6 de Junho de 1946

³ Não faz sentido que os dirigentes da UFPR informem constantemente através dos meios de comunicação que nossa instituição é a mais antiga universidade do país. Consideramos uma sandice tal informação. Pois entendemos que uma instituição ou entidade sucessora é aquela que substitui outra, com atributos iguais ou mesmo semelhantes, ininterruptamente ou, com interrupção de um pequeno intervalo de tempo.

com as seguintes unidades: Faculdade de Direito com escolas anexas de Ciências Econômicas e Escola Técnica de Comércio; Escola de Engenharia; Faculdade de Medicina com escolas anexas de Farmácia e Odontologia; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

O ensino superior das Matemáticas que existira no Estado do Paraná no período de 1912 à década de 1940, quando então passara a funcionar o curso de Matemática na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná fora ministrado em curso de engenharia, por professores engenheiros e se limitava aos seguintes assuntos: Geometria Analítica, Geometria Descritiva, Geometria euclidiana, Trigonometria, Cálculo Diferencial e Integral à moda antiga, isto é, sem o uso do conceito e da definição de: função, limite de uma função em um ponto, derivada de uma função, integral de uma função segundo Riemann, função contínua, dentre outros assuntos já incorporados à literatura matemática da época. Um pobre elenco de assuntos, mas, diga-se de passagem, o suficiente para o ensino da engenharia civil da época.

A Universidade de Manaus que fora fundada em 1913 e que fora sucessora da Escola Universitária Livre de Manaus, criada em 1909, fora extinta somente em 1926, dando origem a três faculdades isoladas (Engenharia, Direito, Medicina), fórmula que havia sido encontrada em Curitiba, pelos proprietários da então Universidade do Paraná, para conseguir a equiparação com as escolas oficiais, afim de que os diplomas expedidos tivessem validade em todo território nacional.

Em 1913 o então interventor federal no Estado de São Paulo João Alberto L. de Barros aprovava o Decreto nº 5064, de 13 de Junho daquele ano, no qual em seu Artigo 1 incluía a possibilidade de ser criado, mediante proposta da Congregação, um curso de Matemática na Escola Politécnica de São Paulo. A Congregação da Escola jamais tivera interesse em criar tal curso. Ainda no ano de 1913 fora fundada a Escola de Engenharia de Itajubá, Minas Gerais.

Em 1920 fora criada, no papel, uma universidade no país. Com efeito, com o Decreto nº 14343, de 7 de Setembro de 1920 o então Presidente da República Eptácio Pessoa (1865-1942) criara a Universidade do Rio de Janeiro. O Artigo 1 do decreto estatua.

"Ficam reunidas em Universidade do Rio de Janeiro, as Escola Politécnica do Rio de Janeiro, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, dispensada da fiscalização".

Esta universidade funcionara de modo burocrático por muitos anos. Sua sucessora é a Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Observamos também que não houvera a preocupação em criar um curso de Matemática naquela instituição. Relembramos que na década de 1870, algumas universidades européias e norte-americanas já mantinham programas de estudos conduzindo ao grau de doutor em Matemática.

Em 1927 fora criada em Belo Horizonte a Universidade de Minas Gerais, constituída das seguintes unidades: Faculdade de Medicina, Faculdade de Direito, Faculdade em Engenharia, Faculdade de Odontologia, Faculdade de Farmácia. Entre o final do século XIX e início do século XX foram criadas várias Faculdades de Engenharia no país.

A fundação de importante universidade para o país acontecera na cidade de São Paulo, no ano de 1934. Foi a fundação da USP. As causas pelas quais o Estado de São

Paulo surgira nas décadas de 1930, 1940 e 1950, como líder nos estudos das Matemáticas no Brasil, devem ser buscadas nos planos político e econômico. Como sabemos, na década de 1920 houvera o agravamento das questões políticas entre o Estado de São Paulo e o Governo Central e que atingira o clímax na década de 1930. Em 1932 houvera a eclosão da Revolução Constitucionalista, quando São Paulo se insurgira contra o Governo Central porque não concordava com o governo do Senhor Getúlio Vargas e, por isto fora submetido ao cerco militar. Ainda na década de 1930 houvera a derrota militar do Estado de São Paulo, seguida de perdas políticas. Naquela mesma década o então governador de São Paulo, Armando de Salles Oliveira (1887-1945) resolvera investir recursos em uma universidade que viesse resgatar, por meio das ciências e das letras, as perdas sofridas para o Governo Federal. Aliás, o brasão da USP contém a expressão *Scientia Vincet*. Fora então criada uma Comissão Organizadora, presidida por Júlio de Mesquita Filho e tendo como outros membros Paulo Duarte e Fernando de Azevedo, para fundar a Universidade de São Paulo⁴ - USP, com sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, fundada em 12/1/1934. Naquela instituição tivera início um novo ciclo para o ensino e desenvolvimento das Matemáticas no Brasil, livre, por exemplo, das influências do positivismo comtiano. Nela fora criado um curso de graduação em Matemática, formando exclusivamente matemáticos e professores de Matemática para o ensino superior e para o ensino secundário. Um fato novo no país dos bacharéis.

Para aquela unidade da USP foram contratados bons professores europeus, tarefa que ficara a cargo do Professor Theodoro A. Ramos (1895-1935), então docente da Escola Politécnica de São Paulo e, que auxiliara a Comissão Organizadora da USP. Do velho continente e auxiliado pelos Professores Georges Dumas, Paul Rivet, Jean Marx e Pierre Janet, Theodoro Ramos trouxera em 1934, dentre outros, para a FFCL o prestigiado matemático italiano Luigi Fantappiè (1901-1956), que estava com 33 anos de idade e no apogeu de sua atividade científica. Posteriormente, em 1936, viera outro importante matemático italiano, Giacomo Albanese (1890-1957). Mais adiante daremos mais detalhes sobre a criação da USP, bem como sobre a atuação dos matemáticos italianos acima mencionados.

Na década de 1930 também houvera na cidade do Rio de Janeiro a convergência de idéias e ideais por parte de vários educadores liderados por Anísio Teixeira (1900-1971), que culminara com a criação em 1935, da Universidade do Distrito Federal que fora uma instituição, apesar de efêmera, voltada para o ensino e para a pesquisa científica básica atrelada ao ensino. Ela fora formada por Faculdades e, dentre elas houvera a de Ciências⁵.

Retornemos à FFCL da USP. Aquela unidade fora concebida por Julio de Mesquita Filho como um grande centro de pesquisa científica básica continuada associada ao ensino e, atuando em algumas áreas do conhecimento, dentre as quais destacamos: ciências exatas, ciências biológicas e ciências humanas; centro este destinado a integrar a USP e a atuar como um catalisador das demais unidades da universidade. Portanto, a USP fora concebida, apesar de se compor de Faculdades existentes e de ser uma instituição pertencente a elite paulista, como uma instituição dotada de uma filosofia bem distinta daquelas outras instituições que haviam sido propostas até então. Isto é, universidades constituídas de

⁴ Decreto do Governo Estadual n° 6283, de 25/1/1934.

⁵ Para detalhes, cf. Luis Aduato da J. Medeiros, in "Aspectos da Matemática no Rio de Janeiro", Rio de Janeiro, Instituto de Matemática da UFRJ, 1997.

escolas profissionalizantes, distintas e distantes entre si, onde a preocupação pela pesquisa científica básica continuada e ligada ao ensino de graduação jamais havia sido proposto.

Assim sendo, o curso de Matemática da USP contara desde seu início com a valiosa colaboração de renomados matemáticos italianos. Conforme acima mencionado, o primeiro a chegar fora L. Fantappiè que fora discípulo de V. Volterra (1860-1940). À época Fantappiè estava interessado em estudar a parte da Análise Matemática conhecida por Funcionais Analíticos, em cuja área fizera valiosas descobertas. Antes de vir para o Brasil, com anuência do governo italiano, Fantappiè fora catedrático de Análise Matemática na Universidade de Bologna e diretor do Instituto Matemático *Salvatore Pincherle*. Na USP, ele dedicara-se ao árduo trabalho de formação de uma escola matemática, de difusão da necessidade do estudo das Matemáticas, bem como dedicou-se ao trabalho de desenvolvimento e implantação dos estudos sérios das Matemáticas em nosso país por meio da divulgação de escritos contendo suas idéias sobre a necessidade da reforma do ensino secundário, pois ele também se preocupava com o ensino secundário das Matemáticas. Por exemplo, ele combatera o que chamara de *ensino enciclopédico, pleno de conhecimentos isolados, de fórmulas e regras a serem decoradas que nada contribuía para a formação da personalidade do indivíduo*.

De imediato ele reformulou os programas das cadeiras de Cálculo Infinitesimal e de Geometria que eram ministradas na Escola Politécnica. Por exemplo, Fantappiè iniciara o curso de Cálculo com o estudo dos números Reais, apresentando a seus alunos, por exemplo, a definição de *corpo, corpo ordenado etc.*, e terminando o curso com o estudo das Equações Diferenciais. Ele também ministrara cursos sobre assuntos até então não estudados pelos jovens brasileiros, como por exemplo, Funcionais Analíticos, Teoria dos Grupos Contínuos, Teoria dos Números⁶, Álgebra, dentre outros assuntos. Fantappiè também introduzira na USP a salutar prática da realização periódica de seminários de formação. Criara o *Seminário Matemático e Físico*, que atraía a atenção dos estudantes brasileiros. Ele ainda iniciara a formação de uma biblioteca de Matemática na USP, angariando para tal, verbas do governo paulista e do governo italiano. Iniciara-se com Fantappiè a compra de coleções e de assinaturas de revistas sobre Matemática. Um fato até então não pensado ou não desejado pelas autoridades competentes. Fantappiè retornara à Itália com o advento da Segunda Guerra Mundial e após o Brasil declarar guerra às nações do Eixo. Falecera em Viterbo, Itália, em 30 de Julho de 1956.

Outro importante matemático italiano que chegara à USP, logo após Fantappiè, fora Giacomo Albanese que, à época trabalhava em Geometria Algébrica, um dos ramos das Matemáticas criado pela escola italiana. Na Itália Albanese recebera o prestigiado prêmio Ulisse Dini e, fora assistente do Professor Ulisse Dini na Universidade de Pisa. Posteriormente, fora assistente do Professor Francesco Severi na Universidade de Pádua, na cadeira de Geometria Analítica. Albanese obtivera em 1923 a livre-docência pela Universidade de Pisa. Chegara à USP, em 1936, para reger a cadeira de Geometria na FFCL. Depois regera também a cadeira de Geometria Projetiva, Analítica e Descritiva, na Escola Politécnica. Retornara à Itália durante a Segunda Guerra Mundial, mas com o término do conflito ele voltara à São Paulo em 1946, para reger a cadeira de Geometria Analítica e Projetiva na Escola Politécnica. Falecera em São Paulo em 8 de Junho de 1957.

⁶ Sobre este assunto, muito estudado em instituições européias desde o século XIX, sugerimos a obra de C. F. Gauss, "Disquisitiones Arithmeticae", tradução para a língua espanhola, Academia Colombiana de Ciencias Exactas, Físicas y Naturales, Santafe de Bogotá, 1995.

Estes dois matemáticos impulsionaram para a frente o ambiente matemático em São Paulo e no Brasil. A partir da década de 1940 os estudos matemáticos se expandiram em qualidade e quantidade em São Paulo e no Brasil. Daremos mais detalhes a este respeito no Capítulo 8.

Do que precede, poderemos dizer que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP se constituiu, a partir de sua fundação e por mais de vinte anos, na principal fonte de formação e estudos matemáticos do Brasil. E acrescentaríamos que, aquela instituição fora o berço da atual Matemática brasileira em virtude dos estudos ali desenvolvidos a partir de 1934.

Por Lei n° 452, de 5 de Julho de 1937, fora criada na cidade do Rio de Janeiro a Universidade do Brasil, sucessora da Universidade do Rio de Janeiro e, pelo Decreto n° 1190, de 4 de Abril de 1939, fora criada naquela universidade a Faculdade Nacional de Filosofia - FNFfi e nela fora criado um curso de Matemática, a partir do qual floresceram os estudos matemáticos sérios na cidade do Rio de Janeiro. No ano de 1939 fora extinta a então Universidade do Distrito Federal, segundo acordo entre o Governo Central e o Prefeito do Distrito Federal.

Enfim, este capítulo nos fornece uma visão panorâmica a respeito das tentativas de criação de universidades no Brasil. Observamos em quase todas elas, exceto na USP e na Universidade do Distrito Federal, uma particularidade comum, a saber, foram propostas de instituições formadas por faculdades isoladas, escolas profissionalizantes, distintas e distantes entre si, que tinham em comum apenas a direção; onde não houvera espaço para a pesquisa científica básica atrelada ao ensino. A preocupação maior fora o fornecimento do diploma, a láurea.